

# Estudo Técnico Preliminar 196/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64147.000214/2024-80

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de serviço de Dedetização para a Seção de Cães de Guerra do BPEB.

2.1 Contratação de Serviço de dedetização para percevejos de cama, visando garantir as condições sanitárias dos alojamentos do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

2.2 Os itens que se pretende adquirir são de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1, da Lei 10.520, de 17/07/2002, e o Decreto 31.863, de 16/09/2002.

2.3 Descrição da necessidade da contratação, considerou-se o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Equipe de Planejamento	Cap QCO Vet PRISCILLA Alves dos Santos

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1 A licitante interessada deverá:

4.1.1 Ser empresa do ramo de atividade que guarde pertinência e compatibilidade em características quantidade e prazos com o do objeto da aquisição;

4.1.2 Ter conhecimento de que seu credenciamento junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta Dispensa Eletrônica;

4.1.3 Realizar cadastros necessários, conforme exigências especificadas no Aviso de Dispensa de Eletrônica, bem como conferir seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente a correção, ou alteração dos registros tão logo identifiquem a incorreção, bem como àqueles que se tornem desatualizados;

4.1.4 Possuir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da empresa ou profissional habilitado vinculado com a empresa

4.1.5 Deverá ser apresentado, alvará de licença de funcionamento;

4.1.6 Licença ou autorização sanitária;

4.1.7 Licença Ambiental de Operação, se for o caso.

4.1.8 Comprovação de destinação ambientalmente correta dos resíduos coletados, se for o caso.

4.1.9 Além disso quanto aos procedimentos durante a execução dos trabalhos os empregados da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados com os equipamentos de proteção individual (EPIs) e devidamente capacitados para realização da atividade em tela.

4.1.10 E ainda, a empresa deverá utilizar máquinas, equipamentos e veículos adequados e em conformidade com os normativos vigentes para a execução dos serviços.

4.1.15 Atender todas as demais exigências descritas no respectivo Termo de Referência.

4.2 Vale ressaltar que a presente aquisição está diretamente relacionada com o Plano Diretor de Logística Sustentável, com o intuito de garantir a capacidade operacional da Seção de Cães de Guerra do BPEB, alinhada as seguintes ações:

4.2.1 Os critérios de sustentabilidade exigidos no Termo de Referência estão de acordo com no Art. 3º da Lei nº. 8.666 /93, com redação dada pela Lei nº. 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000;

4.2.2 A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

4.2.3 Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2.4 Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

4.2.5 Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.6 . De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);

4.2.7 Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais;

4.3 Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar produtos que atendam aos seguintes critérios de sustentabilidade:

4.3.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.3.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.3.3 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.3.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.3.5 use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.3.6 adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; 14.1.8.7. observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.3.7 forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.3.8 realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.3.9 respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.4. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.4.1. A licitante vencedora, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, e, ainda:

4.4.2. A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010;

4.4.3. Caberá, ainda, à licitante vencedora, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

4.4.4. Os equipamentos de aplicação de desinfetantes domissanitários deverão ser adequados ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso, bem como ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa, devendo essas regras serem aplicadas aos recipientes que contém os produtos em questão;

4.4.5. A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Dentro deste estudo, foram analisados processos de contratações similares realizados por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais. O objetivo foi identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades do BPEB.

5.2 Como resultado dos estudos de mercado, a equipe de planejamento identificou as seguintes soluções para o problema apresentado:

### 5.2.1 Das soluções:

5.2.1.1 solução 1 - Contratação de serviço especializado para serviço de dedetização contra percevejos de camas para o Batalhão Brasília, através de dispensa de licitação.

5.2.1.2 solução 2 - Aquisição de materiais de controle de pragas para equipes em treinamento executar o serviço de controle de pragas da OM.

5.2.1.3 solução 3 - Adesão a Ata de Registro de Preços para serviço de dedetização para percevejos de cama.

### 5.2.2 Da análise:

5.2.2.1 Solução 1: Foi considerada a mais viável devido o caráter emergencial para a execução do serviço especificado

5.2.2.2 Solução 2: Considerada menos adequada nesse momento por não disponibilizarmos de pessoal treinado até o momento e devido o tempo esperado até conseguirmos realizar o serviço.

5.2.2.3 Solução 3: Não foi viável por não encontrarmos atas para adesão com esse serviço.

### 5.3 Possíveis formas de contratação:

5.3.1 Forma 1: Buscar atas de registro de preços disponíveis para adesão.

5.3.2 Forma 2: Registrar intenção de participar em um registro de preços junto a outro órgão.

5.3.3 Forma 3: Realizar uma Dispensa de Licitação

5.4 Análise das formas de contratação:

5.4.1 Forma 1: Não foi encontrada nenhuma ata de registro de preços disponível para adesão que contemple toda a necessidade da SCG.

5.4.2 Forma 2: Não foi identificada nenhuma intenção de registro de preços disponível para participação.

5.4.3 Forma 3: É possível realizar uma Dispensa de licitação, coordenada pelo Ordenador de Despesas e Setor de Aquisições, Licitação e Contratos (SALC) do batalhão.

5.5 Conclusão:

5.5.1 Com base no exposto, a equipe conclui que a melhor opção é realizar uma Dispensa de licitação, conforme descrito na Forma 3, para a implementação da Solução 1.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviços de dedetização, visando o controle de percevejos nas camas e alojamentos dos militares do Batalhão Brasília.

A solução mais adequada para atender às necessidades do BPEB em caráter emergencial é a contratação por licitação, na modalidade dispensa eletrônica, a fim de preservar e garantir a competitividade e a proposta mais adequada e vantajosa para a Administração Pública. Esta solução escolhida é um modelo consagrado no mercado e adotado por grande parte da Administração Pública Federal.

Os serviços a serem contratados estará descrito conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD	PERIODICIDADE
1	Contratação de Empresa Especializada em Controle de Vetores e Pragas Urbanas, englobando dedetização.	3417	M2°	11.500 M	Única Aplicação

A unidade de medida, M<sup>2</sup>, acima especificada, corresponde a área total de 2.066 camas e seus respectivos colchões que deverão ser dedetizados com agente específico para percevejos de cama, assim como a área do alojamento correspondente, conforme quadro a seguir:

ITEM	LOCAL	QTDE DE CAMAS
1	Alojamento do Estado-Maior	9 camas
2	Alojamentos do Pelotão de Investigação Criminal	543 camas
3	Alojamentos da Companhia de Comando e Serviços (CCSv)	60 camas
4	Alojamentos do Núcleo de Ensino	50 camas

5	Alojamentos da 1º Companhia	162 camas
6	Alojamentos da 2ª Companhia	193 camas
7	Alojamentos da 3ª Companhia	245 camas
8	Alojamentos da Companhia de Escolta e Guarda	190 camas
9	Alojamentos da Seção de Cães de Guerra	53 camas
10	Alojamento feminino de Oficiais	6 camas
11	Alojamento da Banda de Música	22 camas

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade solicitada é a necessária para suprir a demanda do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, levando em consideração o número de camas e alojamentos do batalhão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.775,00

estimativa do valor total da contratação é de R\$ 9.775,00 (Nove mil setecentos e setenta e cinco) conforme discriminação no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021. A adjudicação será por item, podendo as aquisições serem realizadas de forma parcelada, visando atender às necessidades de cada solicitante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição desse material encontra-se alinhada ao Plano Anual de Contratação - PAC 2024.

12. Resultados Pretendidos

- 12.1 Com a realização da contratação através de dispensa de licitação pretende-se dar celeridade na execução do serviço, garantindo o cuidado e bem-estar dos nossos militares.
- 12.2 Com esta aquisição pretende-se melhor atender às demandas do BPE, mantendo as condições higidez e saúde da tropa.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não será necessária a busca de providências a serem adotadas pela Administração, para fins de capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, pois os itens não exigem nenhuma medida adicional.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Trata-se de aquisição de itens que não causam impactos ambientais relevantes.

14.2 Práticas de sustentabilidade estão inseridas no item 4 " Descrição dos Requisitos da Contratação" deste ETP

14.3 No que se refere à logística reversa:

I. A documentação relativa à Logística Reversa – Compra Inteligente Sustentável consistirá de declaração da empresa atestando o atendimento à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

II. Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

III. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação final ambientalmente adequada, dos produtos, embalagens e serviços, é dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

IV. O dever imposto aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de implementar e operacionalizar o Sistema de Logística Reversa independe das normas estabelecidas em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, este deve decorrer diretamente da Lei.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, viável art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PRISCILLA ALVES DOS SANTOS**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 12:19:49.